

AGENDA LEGISLATIVA SEMANAL

SENADO FEDERAL

Plenário – 21 a 23/11

Entre as PECs pautadas, consta a **PEC 08/2021**, que altera a Constituição Federal para dispor sobre os pedidos de vista, declaração de inconstitucionalidade e concessão de medidas cautelares nos tribunais.

O Plenário pode analisar ainda o substitutivo da Câmara dos Deputados ao **PL 2.757/2022**. O texto dá nova chance para a quitação de terras da União regularizadas na Amazônia Legal. De acordo com a proposição, o Poder Executivo deve definir condições financeiras e prazos para o pagamento se o contrato de regularização tiver sido assinado antes de 25 de junho de 2009.

Outras matérias poderão ser deliberadas mediante acordo de líderes.

Na quinta-feira (23), às 15h, está previsto no Plenário de Senado debate sobre a competência do poder legislativo e o ativismo judicial (ADPF 442).

CPI das ONGs – 21 e 22/11 - Plenário 06

Na terça-feira (21), às 11h, a CPI das ONGs ouve o depoimento da Ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva, Ministra de Estado do Meio Ambiente e Mudança do Clima, que foi convidada para prestar informações sobre a atuação de organizações não governamentais e organizações da sociedade civil de interesse público na região amazônica.

Para quarta-feira (22), às 10h, estão marcados os depoimentos de Márcio Santilli, Presidente do Conselho Diretor do Instituto Socioambiental (ISA), e de Joenia Batista de Carvalho, Presidente da Fundação Nacional dos Povos Indígenas

Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) - 23/11 - 10h - Plenário 03

ITEM 7 – [PEC 10/2023](#), que Altera a Constituição Federal para instituir a parcela mensal de valorização por tempo de exercício dos magistrados e membros do Ministério Público. O relator, senador Eduardo Gomes ainda não apresentou o parecer da matéria.

ITEM 18 – [PL 4337/2023](#), que Altera dispositivos da Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992) e da Lei de Ação Civil Pública (Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985), para dispor sobre a omissão do membro do Ministério Público em propor acordo de não persecução civil ou ajustamento de conduta. O relator, senador Izalci Lucas, apresentou [parecer](#) pela aprovação do Projeto e pela aprovação parcial das Emendas nºs 1 e 2, nos termos da emenda substitutiva que apresenta.

Também constam na pauta indicações para o CNJ e CNMP. Durante a sessão, é prevista a leitura dos pareceres e posteriormente serão agendadas as sabatinas. Para o CNMP, os indicados são: Edvaldo Nilo de Almeida, na vaga destinada à Câmara dos Deputados; e da Juíza Federal Cíntia Menezes Brunetta.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Plenário – 21 a 23/11

O Plenário da Câmara ainda não teve pauta divulgada para esta semana.

Comissão de Direitos Humanos – 21/11 - 10h - Plenário 13

Audiência pública sobre situação das pescadoras e dos pescadores artesanais no Brasil. Entre os convidados, destacam-se:

- Representantes do Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais;
- **Eliana Peres Torelly de Carvalho, Coordenadora da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal;**
- Representante do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome;

- Eliete Paraguassu, Coordenadora-Geral de Assistência Técnica e Extensão Pesqueira da Secretaria Nacional de Pesca Artesanal do Ministério da Pesca e Aquicultura.

Comissão de Comunicação – 22/11 - 15h - Plenário 13

Audiência pública sobre Serviço de radiodifusão comunitária (PL 490/2011). Foram convidados, entre outros:

- Geremias dos Santos, Representante da Abraço Brasil.
- Higino Ítalo Germani, Representante da Associação Técnica da Radiodifusão Brasileira (ATRB).
- **Júlio Araújo, Procurador Regional dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal.**
- Renato Sales Bizerra Aguiar, Gerente de Outorga e Licenciamento de Estações Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).